


INFORMAÇÃO

DIVISAO DE OBRAS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

DE: Chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida

PARA: Exmº Sr Presidente da Câmara Municipal de Marvão

ASSUNTO: Análise da exposição da RECPROP BK PROP, Unipessoal, Lda – Execução de vedações

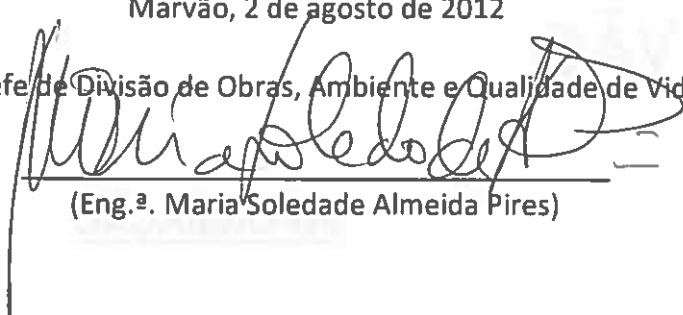
DESPACHO	INFORMAÇÃO
Salicite-ef Pancm Drª Marisa 16-8-2013 	<p>Tenho a honra de informar V. Exª que de acordo com a informação destes serviços de 27 de junho último o requerente foi notificado para apresentar o tipo de uso que pretende para as propriedades em causa de modo a se verificar a natureza das obras detetadas, nos termos do artº 2º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação na redação dada pelo Dec-Lei 26/2010, de 30 de março.</p> <p>De acordo com a exposição apresentada o requerente indica que a sua principal atividade é a atividade florestal, estando em fase de aprovação o seu Plano de Gestão Florestal para o conjunto de prédios que possui com uma área total de 162.5ha.</p> <p>Em conclusão, os trabalhos detetados poderão não constituir uma operação urbanística, nos termos da alínea j) do artº 2º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, e assim não se encontrarem abrangidos por processo de Comunicação Prévia ou de Licenciamento, estando apenas sujeitos ao disposto no Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.</p> <p>Como a dúvida colocada na nossa informação de junho ainda não foi respondida pela jurista, Drª Marisa, <u>proponho que também esta questão seja colocada</u>, uma vez que foram elaborados dois autos de notícia que deram origem a um processo de contraordenação, e se de facto não for uma operação urbanística então esses procedimentos não podem</p>

ser considerados.

À consideração superior.

Marvão, 2 de agosto de 2012

A Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida



(Eng.ª. Maria Soledade Almeida Pires)



Exma. Sra.

Chefe da Divisão de Obras da Camara Municipal de Marvão

Largo de Santa Maria

7330-101 MARVÃO

Lisboa, 23 de Julho de 2012

Assunto: Informação (V/ref 1442)

Exma. Sra. Chefe da Divisão de Obras

Em resposta à vossa Informação datada de 10 de Julho de 2012, refª 1442, julgamos ser necessário prestar os seguintes esclarecimentos:

- A actividade principal da empresa é a Florestal. A Recprop Bk procura, desde 2007, contribuir para a conservação ecológica e desenvolvimento responsável e sustentável nesta região do Alto Alentejo. A Recprop pretende conservar os elementos importantes na preservação da biodiversidade, do património social e paisagístico, conciliando-as com a produção agro-florestal, dando se for caso disso, prioridade à vertente de conservação relegando para segundo plano a vertente produtiva. A adopção desta filosofia de gestão prende-se com os objectivos da empresa que pretende valorizar uma zona que detém características muito próprias que, acreditamos, devem ser preservadas mesmo a custo.

Os espaços florestais são o sistema de ocupação mais representativo das propriedades, distribuindo-se por praticamente toda a área, sobrando apenas algumas pequenas zonas agrícolas, cursos de água e áreas com construções antigas.

Paralelamente e em muito menor escala a empresa desenvolve actividades agrícolas, pecuárias e é provável que venha a fazer um aproveitamento muito selectivo de trilhos para a prática de passeios a pé e de bicicleta, logo que detenha os licenciamentos necessários.

- A instalação de vedações insere-se na implementação do nosso Plano de Gestão Florestal e tem como objectivo a segurança e delimitação das propriedades florestais. A RPBK apresentou à Autoridade Florestal Nacional o seu Plano de Gestão Florestal a 9 de Abril de 2012 ao qual foi atribuído o nº de registo 182.AA.128.20120409, encontrando-se o plano actualmente ainda em fase de apreciação pelos organismos (AFN e PNSSM) a quem compete a avaliação antes de ser emitida a sua aprovação.

O PGF pretende proceder ao correcto ordenamento da exploração Agro-florestal da empresa Recprop BK Prop Unipessoal, Lda, (RPBK, Lda) possuidora de um conjunto de propriedades que totaliza uma área de cerca de 162,5 ha.

Numa abordagem mais concreta podemos referir que algumas das acções propostas passam, conforme as características da parcela, pela instalação e condução de plantas autóctones, essencialmente sobreiro, azinheira e Carvalho Negro produzidas, entre outras, em viveiro próprio da empresa e/ou pelo fomento da regeneração natural das espécies referidas.

A correcta gestão do extracto herbáceo e arbustivo juntamente com as medidas a aplicar ao estrato arbóreo procuram precaver a ocorrência de incêndios florestais e evitar a concorrência directa com o arvoredo em termos de água, nutrientes e luz, devendo também gerar a presença de um maior número de espécies ao nível faunístico, em especial aves insectívoras que actuam como controladoras de pragas, sendo fundamental para manter estas áreas sãs e o mais natural possível.

- Sobre a questão dos pareceres e relativamente ao PNSSM, juntamos em anexo documentos apresentados na Assembleia Municipal de Marvão de 28/12/2011, ponto 7. Nessa Assembleia foi dado conhecimento da Resposta do Ministério da Agricultura à questão colocada pelo Grupo Parlamentar Os Verdes, sobre a edificação de Vedações no concelho de Marvão. Nessa resposta o PNSSM refere que: "Assim, teoricamente, qualquer proprietário poderá, sem parecer prévio, montar uma cerca para delimitar as suas propriedades e, provavelmente, protege-las de intrusão de terceiros." Apesar disso desde a primeira hora que: " Não havendo proibição formal, o Parque actuou no sentido de minimizar impactos e mantém a situação em acompanhamento, sendo o responsável pela montagem das vedações a empresa "Recprop Townhill, Unipessoal, Lda!", e a empresa "RBPK, Lda." a responsável pela gestão florestal."

- É importante clarificar que a execução de vedações em rede ovelheira e prumos metálicos não corresponde a obras de construção, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Os maciços de cimento em areia são apenas necessários para consolidar pontualmente os prumos metálicos, esclarecendo-se que não há intenção do promotor que estes elementos se incorporem no solo com carácter de permanência.

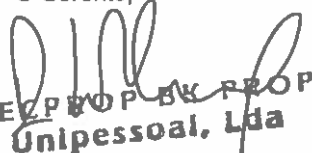
- Sobre o parecer da CCDR relativamente a zona REN, as edificações metálicas e a implantação de estruturas suportadas em sapatas de betão, verificados nas acções de fiscalização, correspondem aos prumos metálicos das vedações em rede, que são pontualmente consolidados com maciços de argamassa de cimento e areia, necessários devido ao carácter instável do terreno. A partir do momento em que não há obras de construção, este tipo de operações não está sujeita ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto. Foi este aliás o entendimento da CCDR Alentejo que não se pronunciou sobre este assunto.

- A colocação de novas vedações em todas as propriedades foi interrompida há cerca de 2 meses, por decisão da empresa. Anteriormente e depois da aprovação do novo regulamento municipal, foram sempre respeitadas as novas medidas legais e é intenção da empresa no futuro seguir as exigências legais. O que foi detectado por parte da vistoria foram postes metálicos acima da altura legal que, por estarem já cortados com as medidas antigas e não podendo a empresa devolver-los ao fornecedor, foi decidido o seu reaproveitamento. Mas estas medidas não vão ser as da futura rede a colocar, que mais uma vez reiteramos vai respeitar as disposições legais. Nas recentes vistorias não foram detectados quaisquer trabalhos de colocação de vedações, apenas foi encontrado algum equipamento no local que se encontra parado desde a decisão da empresa de interromper os trabalhos.

Fica esta empresa a aguardar os esclarecimentos solicitados à Jurista da Câmara Municipal de Marvão relativamente ao artº59.

Com os nossos melhores cumprimentos.

O Gerente,


RECPROP BA PROP
Unipessoal, Lda

(Jorge Lopes)